

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA PARA UM NOVO PARADIGMA DE SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

Denise Westphal¹
Maria Helena Azevedo Motta², Edson Roberto Oiagen³

¹ULBRA/LPEC, deewwest@hotmail.com

²ULBRA/PPGEAM/eraigem.lpec@ulbra.br

³ULBRA/PPGECIM/LPEC, oaigen@terra.com.br

Resumo

Este trabalho trata de um levantamento de projetos de Educação Ambiental realizados no Município de Montenegro, nos últimos três anos, da análise dos mesmos frente a alguns teóricos e da formulação de uma proposta de Educação Ambiental que atenda a um novo paradigma de sociedade com vistas na sustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Educação Ambiental

Abstract

This work deals with a survey of carried through projects of Ambient Education in the City of Montenegro, in last the three years, of the analysis of same the front to some theoreticians and of the formularization of a proposal of Ambient Education that takes care of to a new paradigm of society with sights in the sustentabilidade.

Keywords: Sustainable Development, Ambient Education

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de um levantamento de projetos de Educação Ambiental realizados no Município de Montenegro, nos últimos três anos, da análise dos mesmos frente a alguns teóricos e da formulação de uma proposta de Educação Ambiental que atenda a um novo paradigma de sociedade com vistas na sustentabilidade.

O Planeta vive um período de grandes avanços tecnológicos e científicos e por outro lado uma grande degradação dos ecossistemas e de todo o ambiente que o rodeia. A própria humanidade tem acompanhado essa degradação ambiental, manifestando distúrbios físicos, psicológicos e sociais, tanto individuais como coletivos.

Para resolver ou amenizar esses impactos sobre o meio ambiente, a sociedade foi buscar soluções no processo educativo, para conscientizar e responsabilizar os cidadãos dos seus direitos e deveres para com o ambiente e assim, encontrar alternativas de conservar o ambiente para si e para as gerações futuras. Surge, então a Educação Ambiental.

A Agenda 21, documento resultante da Rio-92 com acordo de todos os países participantes em implantar a Educação Ambiental desde a mais tenra infância, não vem sendo cumprida conforme o prazo estabelecido, dentre outros aspectos no que tange ao desenvolvimento sustentável e a Educação Ambiental.

A Educação Ambiental não surgiu como uma disciplina formal dentro das instituições e sim, como uma necessidade criada pelo homem e pelos movimentos sociais para resolver os problemas causados no Planeta pelo desenfreado crescimento econômico.

A Educação Ambiental precisa ser desenvolvida através de projetos onde há o envolvimento de cada um e de todos os participantes, ela pode ser promovida pelas instituições mas precisa ser assumida por cada cidadão.

Este trabalho se baseia nestes fundamentos acima descritos para propor uma nova proposta de Educação Ambiental, dentro de uma sociedade pós-moderna, com vistas no Desenvolvimento Sustentável

Investigar as práticas e propostas de Educação Ambiental desenvolvidas por escolas, empresas e outras entidades do Município de Montenegro, analisando suas metodologias e pressupostos teóricos envolvidos são objetivos gerais deste trabalho.

Verificar se estas propostas atendem ao paradigma de uma sociedade sustentável e propor algumas alternativas no campo da Educação Ambiental constituem os objetivos principais, que vem se somar àqueles.

Considerando que o Município de Montenegro apresenta problemas ambientais e vê-se poucos projetos de Educação Ambiental sendo executados, considero esse trabalho relevante, podendo vir a contribuir com o município.

MARCO REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor atender a idéia da abrangência da Educação Ambiental este capítulo tratará de um breve histórico da Educação Ambiental, de como os acontecimentos econômicos e sociais e os grandes eventos têm influenciado a mesma, no mundo e no Brasil. Também tratará das mudanças de paradigma que a sociedade vem sofrendo e o que vem a ser desenvolvimento sustentável proposto por este trabalho.

Um dos motivos pelos quais a Educação Ambiental, não é suficientemente transformadora, segundo CRUZ PRADO (1999:97): é porque há um grande hiato entre valores defendidos e o cotidiano das pessoas, pois o sentido do meio ambiente sadio se tece no dia a dia das pessoas, e não

dentro das instituições e só acontecerá quando os cidadãos se apropriarem dos seus direitos e exercerem suas responsabilidades. É necessário que cada um assuma seu compromisso de cidadão diante das questões ambientais. Para GENTILI (2000:143) o século XX deixou como legado a educação da cidadania e os direitos à mesma, para formar uma sociedade mais justa e uma garantia de que a vida no Planeta é possível.

A Educação Ambiental deve ter propostas que levem o homem a trabalhar coletivamente, onde os outros são parceiros e não inimigos, pois MORIN (2000:113) diz que no século XX a finitude geográfica da Terra impõe a seus habitantes a solidariedade.

Segundo ANDRADE (1996:13) a preocupação da Educação Ambiental é com a tomada de consciência, é mais do que isso, é uma mudança no comportamento do homem em relação à flora, à fauna, aos recursos não renováveis, às questões sociais que pedem mudanças radicais na economia, na política e nos valores.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A primeira denúncia da devastação ambiental, foi feita pelo cacique indígena norte-americano de Seattle, em 1854, falando de como cuidavam dos recursos naturais e prevendo que o “branco” iria contaminar a Terra.

Segundo Vivian (1981) a década de 60 marca as origens de uma percepção diferenciada em relação a sociedade- ambiente. Ela se refere a complexidade e a gravidade dos problemas ambientais. O pós-guerra caracteriza-se, pela expansão do capitalismo, expansão espacial, expansão tecnológica e homogeneização do padrão cultural.

Em 1962, Rachel Carson, com sua obra Primavera Silenciosa faz uma crítica a destruição dos recursos naturais nos países pobres e um alerta aos efeitos dos agrotóxicos sobre a saúde humana. Este alerta marca uma época. Bubaker analisa que surge pela 1ª vez um sentimento de desilusão no desenvolvimento econômico como chave para a maioria dos problemas sociais.

Surgem os movimentos ambientalistas e no final da década de 60 aparece uma proposta de Educação Ambiental para concretizar muitos projetos ambientais, muitos dos quais financiados pelo governo americano. É uma Educação Ambiental voltada para uma mudança de valores.

Da década de 60 para cá houve muitas conferências e reuniões, envolvendo vários países do mundo, para discutir as questões ambientais, à sustentabilidade e traçar ações para garantir a continuidade da vida no Planeta. Estes eventos deram vários rumos para a Educação Ambiental como vemos a seguir.

EVENTOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Conferência de Estocolmo

No século passado vários eventos aconteceram e ficaram conhecidos pelas cidades onde se realizaram. A Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano- a Conferência de Estocolmo. Essa conferência ocorria na mesma época em que o Clube de Roma publicava um importante documento, denunciando um colapso da humanidade devido a utilização dos recursos naturais. Esse documento foi importante por que gerou outros debates como “Declaração do Ambiente Humano” e “Plano de Ação Mundial”. Essa conferência teve uma importância muito grande no surgimento de políticas ambientais em vários países e inclusive no Brasil e a Educação Ambiental é citada pela 1ª vez como essencial para resolver problemas ambientais. Essa conferência recomendou a capacitação dos professores e novos métodos para a Educação Ambiental.

Conferência de Belgrado

Promovida pela UNESCO, em 1975, sessenta e cinco países participaram. Foi produzida a Carta de Belgrado, falando de uma nova ética planetária para erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo entre outras questões. Sugeriu a criação de um Programa Mundial de Educação Ambiental. A UNESCO, então, criou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) que tem atuado em Educação Ambiental regional e internacional. Esse programa publica experiências de vários países em Educação Ambiental e realiza eventos, envolvendo estudantes e professores.

Conferência de Tbilisi

Também promovida pela UNESCO e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1977, foi a mais importante, pois seu documento tratava de objetivos, princípios e estratégias para a Educação Ambiental, e a UNESCO continuou aperfeiçoando e publicando até 1989. Esse documento sugeria Educação Ambiental, no ensino formal e informal, de forma permanente, para todas as transdisciplinar, estimulando a solidariedade entre os povos. Essa conferência não se deteve nas necessidades pedagógicas internacionais.

A Conferência do Rio de Janeiro

Foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), chamada de Conferência de Cúpula da Terra reuniu 182 países. Desta conferência sai a “Carta Brasileira para a Educação Ambiental” que coloca o estado, especialmente a instância educacional (MEC) o compromisso de implantar a EA em todos os níveis.

Essa conferência aprovou alguns acordos internacionais: - Agenda 21 e meios para implementá-la; declaração das Florestas; Convenção sobre mudanças Climáticas e sobre Diversidade Biológica.

Paralelo a esse evento, acontecia um evento de ONGs que debateram as questões ambientais e aprovaram as medidas da Conferência oficial, pois a Rio-92 não era aberta ao público. Desse evento paralelo, com todos os cidadãos e professores derivou um importante documento “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”.

Quanto a Agenda 21, segundo PEDRINI(1995:32-33) há pontos positivos e negativos a serem lembrados. Os positivos são: educar toda a população; envolver outras organizações como empresas poluidoras e não só o governo; a Educação Ambiental ser difundida nos programas de pós-graduação; e entre os negativos ser incapaz de acionar os países ricos a cumprirem o que prometeram. A aplicação das propostas da Agenda 21 estavam previstas serem desenvolvidas até o ano 2000. PEDRINI coloca a Agenda 21 como não contendo uma proposta adequada para o Brasil, um país pobre. Ela apresenta grandes avanços técnicos, no pressuposto pedagógico, mas apresenta alguns pressupostos políticos claramente neoliberais.

A próxima conferência estava programada para 1997, onde seriam traçadas metas para o terceiro milênio.

Precisa-se observar que nestes 30 anos muitas discussões aconteceram em torno do desenvolvimento sustentável, novas condições de mercado e de produção foram criadas e que meio ambiente e sua proteção estão se convertendo em oportunidades para baixar custos e permitir acesso a mercados internacionais. Verifica-se que a conscientização das pessoas, cria novos padrões de produção e novo mercado (tecnologias despoluidoras).

Essas mudanças de paradigmas tecnológicos demonstram o potencial das biotecnologias e tecnologias intensivas de informação. Isso leva a pensar a sustentabilidade econômica do desenvolvimento ecológico. Surgiram então diferentes propostas de Educação Ambiental como:

- iniciativa de superação da crise da sociedade urbano- industrial;

- instrumento de mudanças de valores e atitudes para uma nova ética e a harmonia entre homem-natureza;
 - contribuição para a sobrevivência do Planeta;
 - como parte de uma estratégia política do mundo para a conservação dos recursos naturais, dentro dos discursos institucionais;
 - instrumento para conhecer as características perversas do capitalismo. Funciona como a libertação dos povos oprimidos (é a visão de alguns movimentos organizados);
 - para solução de problemas ambientais;
- Pode-se observar que a Educação Ambiental assume diferentes enfoques em diferentes épocas, perdendo muitas vezes, a legitimidade.

O HOMEM E A CRISE DE PARADIGMA

O mundo se globalizou e neste final de milênio todos temos uma sensação de crise. VEIGA-NETO (1995:9) mostra que apesar do grande desenvolvimento científico e tecnológico houve grande degradação da qualidade de vida, contaminação ambiental, atos de terrorismo, crise moral que se estende pelo Planeta. Não são somente as instituições que estão em crise, mas também a própria forma como pensamos o mundo.

A modernidade marcada pela razão, tudo pode ser explicado pela razão e pela ciência marcou profundamente o homem, as instituições e modos de viver. A própria obsessão com o progresso faz surgir novos valores, os próprios laços familiares são rompidos pois os interesses são o comércio, a indústria e a burocracia.

Na educação é dada uma ênfase a uma aprendizagem naquilo que já havia sido definido como conhecimento e não na produção do conhecimento. O pensamento privilegiado é o fragmentado, isolados da totalidade. A pedagogia segue modelos instrucionais, não leva em consideração as diferenças individuais e a imaginação criadora.

Galileu Galilei, René Descartes, Francis Bacon e outros foram os fundadores do paradigma moderno: o ser humano como dominador e explorador da natureza. O objetivo das sociedades modernas é a busca do progresso, do crescimento de bens materiais e de serviços. Por outro lado, temos uma crise sócio-ambiental, com problemas de meio ambiente degradado e uma grande pobreza de grande parte da população mundial que não tem acesso às mínimas condições de vida. Esses acontecimentos mostram que a crise não é apenas ambiental ou social é uma crise de paradigma, é uma crise planetária. Em 1992, (Rio- 92), na Conferência das Nações Unidas sobre Ecologia e Desenvolvimento foi discutido, entre tantos outros assuntos, uma nova forma de estabelecer uma nova relação internacional entre os países.

A civilização nascida no Ocidente, soltando suas amarras com o passado, acreditava dirigir-se para o futuro de progresso infinito (...) vimos que o desenvolvimento industrial podia causar danos à cultura e poluições mortais; vimos que a civilização do bem-estar podia ao mesmo tempo causar mal-estar. Se a modernidade é defendida como fé incondicional no progresso, na tecnologia, na ciência, no desenvolvimento econômico, então esta modernidade está morta. (MORIN 2000.p.71)

A atual crise ecológica é uma crise do capitalismo. O capitalismo tem por meta a criação incessante de necessidades, visando a acumulação. Sem isso o capitalismo não sobrevive. Esse é o problema crucial da sociedade moderna. Essa é uma crise ética, pois transformar os recursos

naturais até a sua exaustão (entropia), levando a biosfera ao colapso energético, tendo o homem como o grande articulador e gerador desse modelo.

Surge uma dúvida de que a razão não pode explicar tudo. Acontece a chamada crise da razão. Inicia uma revisão dos paradigmas modernos, existem múltiplas verdades, surgem novas formas de sociabilidade. É o tempo de desconstrução da razão. O homem é entendido como um ser muito complexo, teias que se interligam. A prática educativa começa a ser redefinida a partir da história concreta questionando: educar para quê? Como?

E é neste paradigma pós-moderno que a Educação Ambiental, hoje deve acontecer, para atender a um homem complexo, vivendo ainda conseqüências de uma sociedade moderna: crise econômica e sócio-ambiental.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Existem várias maneiras de se pensar em desenvolvimento: pode ser visto apenas como desenvolvimento econômico e pode ser visto como desenvolvimento sustentável. Se pensarmos em desenvolvimento econômico, precisamos pensar em um PIB (Produto Interno Bruto), isto é, uma riqueza que cresce em uma determinada região ou nação, onde não se considera se essa riqueza fica concentrada ou não. Também não se considera nesta abordagem a existência de pessoas com altos níveis de bem estar, e outras com indicadores de profunda pobreza. Em resumo, a dimensão do crescimento econômico, e o desenvolvimento de toda uma população são considerados como uma informação média, desconsiderando-se a característica específica de cada segmento social.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi usado pela primeira vez na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1979, sugerindo que o desenvolvimento poderia ser um processo integral que inclui dimensões culturais, éticas, políticas, sociais, ambientais e não só econômicas; visa-se utilizar e distribuir com eficiência todos os meios de produção e produtos gerados. Esta idéia de desenvolvimento pertence ao paradigma pós-moderno de sociedade. Assim, são utilizados eficientemente os recursos naturais e o espaço ambiental como um substrato para construir o crescimento econômico, tendo-se a lógica de poder distribuir com equidade os ganhos advindos.

Os planejadores compelidos pela pressa de solucionar as dificuldades da população, que em geral são muitas, tratam, por vezes, este meio ambiente como insumo para ganhos a curto prazo. O ambiente é entendido como um fator de produção, como um recurso disponível, e não como um condicionante à produção e a sua estabilidade. Na atualidade, sabe-se dos males que esta concepção acarreta. Tudo é feito em nome da geração de riquezas, que muitas vezes não são socializadas, mas sim privatizadas. Esta visão antropocêntrica de desenvolvimento tem ainda gerado muitas diferenças sociais.

Assim, o conceito de um desenvolvimento sustentável associado a um crescimento econômico equânime ganha seu espaço, e é este o conceito que será enfatizado neste texto. Um desenvolvimento que tem como paradigmas a racionalidade do crescimento econômico, a racionalidade da equidade, e a racionalidade da sustentabilidade. A expressão “Crescimento Econômico” refere-se à geração de valores agregados a uma economia, que produzam o crescimento do produto interno bruto. Trata-se de um crescimento de riqueza construído através do trabalho da população envolvida.

O termo “Equidade” traduz a igualdade de oportunidades de trabalho à população, para que ela possa gerar a riqueza e o consumo que irá incrementar a economia.

A palavra “Sustentabilidade” diz respeito ao ambiente, natural e social, onde se atua com o trabalho que gera a riqueza, e à continuidade da política geratriz da oportunidade econômica. Não se trata apenas dos direitos a um ambiente ecológico equilibrado e sadio, que permita o

desenvolvimento físico, psíquico, e moral mas, sobretudo, que o desenvolvimento proposto seja igualitário. Tenha equidade. O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Harmonizar desenvolvimento econômico, abranger todas as áreas de desenvolvimento humano (culturais, sociais e espirituais) e conservar o meio ambiente adequado é o eixo mais polêmico da sustentabilidade e requer muitas mudanças. É preciso garantir uma maior participação dos cidadãos nas organizações nos diferentes níveis da sociedade. O conceito de desenvolvimento sustentável exige um desenvolvimento democrático. As comunidades precisam gerir os seus recursos.

O desenvolvimento sustentável precisa fazer parte de todo o projeto de desenvolvimento por uma exigência de um maior bem estar da humanidade e uma necessidade universal.

O desenvolvimento sustentável representa um grande avanço, não é viável nos princípios da sociedade capitalista, que tem por finalidade a produção de bens, a exploração do trabalho, o lucro e a exploração dos recursos naturais.

...uma sociedade ou um processo de desenvolvimento possui sustentabilidade quando por ele se consegue a satisfação das necessidades, sem comprometer o capital natural e sem lesar o direito das gerações futuras de verem atendidas também as suas necessidades e poderem herdar um planeta sadio com seus ecossistemas preservados (BOFF, Leonardo. In: GADOTTI. Pedagogia da Terra.)

Algumas características de desenvolvimento sustentável, segundo GADOTTI, na obra acima citada, são:

- 1º- Promoção da vida: é para desenvolver o sentido da existência, ver a terra como um organismo vivo.
- 2º- Equilíbrio dinâmico: preservar os ecossistemas e desenvolver uma sensibilidade social.
- 3º- Congruência harmônica: que desenvolve a ternura.
- 4º- Ética integral: é um conjunto de valores — consciência ecológica.
- 5º-Racionalidade intuitiva: que desenvolve a capacidade de atuar como um ser humano integral. É uma racionalidade que não ignora a afetividade, a vida, e a subjetividade.
- 6º-Consciência Planetária: desenvolve a solidariedade planetária — somos, cada um de nós, um ser pertencente à Terra

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Conforme PEDRINI (1998:35) a Educação Ambiental no Brasil tem enfrentado muitos percalços, tanto no ensino formal, quanto no informal e não-formal. Ela se mostra confusa, baseada numa postura política de estado mínimo e com uma sociedade submetida às regras do mercado econômico.

A Educação Ambiental se instalou no plano federal pelo seu contexto naturalista, com esse enfoque a Educação Ambiental aparece pela primeira vez no decreto Legislativo Federal de 13 de janeiro de 1948. Mas ela aparece pela primeira vez na constituição brasileira de 1988, somente no capítulo de meio ambiente, não constando no Capítulo de Educação o que demonstra a falta de dimensão pedagógica.

Em 1994, o IBAMA começou a elaborar o primeiro Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). Este programa inclui a capacitação de 305 mil pessoas,

entre docentes e entidades da sociedade civil, a consecução de verbas e o apoio da população para efetivá-lo.

Já pelo lado educacional foi emitido o parecer 226/87 de 11 de março (MEC, 1987), recomendando a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino com caráter interdisciplinar e em 14 de maio de 1991, o MEC institui a Educação Ambiental como conteúdo em todos os níveis de ensino mas não como disciplina. Na LDB 9394/96 questões de meio ambiente devem ser trabalhadas com Temas Transversais.

A Educação Ambiental oficialmente, é tratada por vários ministérios de forma desarticulada. É preciso rever a política para a Educação Ambiental no país, redefinir papéis e articular os governos Federais, Estaduais e Municipais, pelo menos nas instâncias educacional e ambiental para reorientar a prática da Educação Ambiental.

Algumas avaliações foram realizadas sobre a Educação Ambiental, no Brasil, a primeira foi feita por Krasilchick (1986), propondo formação de professores e promoção de pesquisa na área.

Outras avaliações foram feitas sobre a educação Ambiental no Brasil e verificaram o seguinte: muitas ações isoladas desenvolvidas por diversificados agentes; ausência ou pouca participação do estado nas iniciativas de Educação Ambiental; incoerência entre o projeto e a prática, falta estímulo à capacitação dos educadores. A nível estadual foi feita uma avaliação, em São Paulo (1992), na rede pública no Ensino Fundamental e Médio, os principais problemas foram os seguintes: Conceito variável de meio ambiente, ora abrangendo o homem ora excluindo-o; falta de socialização da informação; dificuldades em transferir os trabalhos feitos no ensino formal para a comunidade e dificuldades em proceder avaliações em Educação formal.

A Educação Ambiental, no Brasil tem amparo legal tanto na área educacional como de meio ambiente, mas precisa avançar muito, pois ainda há pouca divulgação de produções feitas, faltam propostas do poder público e preparação teórico-metodológica dos professores que atuam em educação ambiental, entre outras questões.

É na esfera municipal que os projetos de Educação Ambiental têm mais condições de terem sucesso, pois os órgãos proponentes estão mais próximos dos executores. Apresentar a realidade sócio-ambiental e os projetos que estão sendo desenvolvidos em Educação Ambiental em Montenegro é propósito do próximo capítulo.

A REALIDADE SOCIO-AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MONTENEGRO

O Município de Montenegro, que faz parte da área metropolitana, localizado a 70 km de Porto Alegre, com uma área de 46.812 há (148,8 km) situa-se na região do Vale do Rio Caí, com latitude de 29°44'00" Sul e longitude: 51°32'24" Oeste. Localiza-se na Encosta Inferior do Nordeste, Depressão Central de Estado.

Atualmente, conta com 40.000 habitantes, colonizado por italianos, portugueses e alemães, sendo que 89,93 % da população encontra-se na área urbana e os 10,07 % na área rural.

O Município desenvolveu-se historicamente a partir de seu porto fluvial, as margens do Rio Caí, em direção a oeste, tendo a malha urbana envolvido o Morro São João, localizado no meio da cidade.

A cidade de Montenegro foi criada pelo decreto Estadual n.º 7.199, de 31 de março de 1938. A Emancipação política ocorreu através da Lei n.º 885 de 5 de maio de 1873.

A economia do município é agro-industrial, com poucas indústrias de grande porte, contando, nesses últimos 2 anos com a expansão do III Pólo Petroquímico. Grande parte da produção agrícola é de reflorestamento, com Acácia negra, para extração do tanino, de hortigranjeiros e produção de cítricos.

A renda per capita é pequena, tendo grande parte da população com baixo poder aquisitivo, isto nota-se no comércio local, bastante empobrecido.

Ao Sul, o Município apresenta uma grande possibilidade de expansão demográfica, devido a baixa densidade demográfica, a proximidade com a Br 386 com o Pólo Petroquímico e, a aquisição de terra a custos baixos (comparados com a região metropolitana). Já ao Norte, apresenta uma área com densidade demográfica maior de colonização alemã, com uma extensa rede de instituições sociais organizadas em torno de associações e clubes sociais, culturais e religiosos, que não é verificado na área sul, que não conta com eventos próprios e nem com instituições comunitárias expressivas. Por esses motivos o Norte absorve as iniciativas municipais com mais força política. Em 1995, o Município contratou uma equipe multidisciplinar para realizar um diagnóstico ambiental e traçar metas de gerenciamento ambiental que trabalhou junto as instituições e a população, deixando algumas sugestões e pareceres sobre o Município que seguem:

- A área da saúde, com a municipalização da saúde e a urgente demanda da população, é uma área crítica, necessitando de programas de agentes comunitários de saúde, vigilância sanitária e epidemiológica, especialmente na área rural.
- Não há instituição de Ensino Superior no Município, pois geraria uma maior competência técnica e melhoria no perfil social do Município. Neste ano, entrará em funcionamento uma faculdade da UERG, na Fundação de Artes do Município.
- O manejo de resíduos tóxicos, na área rural vem sendo feito pela Emater, que também trabalha com a mulher rural e grupos comunitários do lar..
- É um município de história política, caracterizadas pela sucessão de gestão de políticos ligados a partidos de perfil de direita.
- Câmara de vereadores por ocasião do projeto de diagnóstico Ambiental manteve total desconhecimento por parte destes temas e mesmo de legislação ambiental. A Câmara Municipal ficou alheia de todo o processo de discussão.
- O município tem falta de identificação com uma liderança confiável que confira legitimidade e continuidade ao processo de decisão e implementação de um Plano de Gestão Ambiental.
- Os problemas do Município são comuns a maioria dos municípios do RGS e do Brasil. O manejo de resíduos sólidos, industriais, efluentes domésticos, emissões atmosféricas, uso e ocupação do solo, entre outros tantos são itens que devem ser tratados.
- O Município tem a necessidade de estabelecer um regramento para relacionamento entre as atividades socioeconômicas, de gerar infra-estrutura, fontes de renda, postos de serviço, alimentação e moradia, etc...
- O município conta com rede escolar municipal, estadual e particular de ensino com escolas que atendem da Educação Infantil ao Ensino Médio. Não existe no município um programa que envolva todas as redes escolares em ações conjuntas. A Educação Ambiental, no município, é desenvolvida por algumas escolas, principalmente na rede municipal e particular e algumas escolas da rede pública estadual, principalmente nas escolas que têm professores que se interessam por essas questões. A nível municipal não existem ações, promovidas pelo poder público, que mobilizem escolas e outros setores em torno das questões ambientais, a não ser atividades isoladas por algumas escolas ou empresas.
- O município conta com várias entidades da sociedade civil organizadas, buscando resolver problemas de determinados bairros e comunidades, muitas vezes tratando de questões ambientais.

- O poder público municipal tem dificuldade de envolver a comunidade em torno de um problema ou solução do mesmo, basta ver que a coleta seletiva até hoje não conseguiu ser implantada no município.
- A Secretaria de Meio Ambiente não apresenta projetos que envolvam Educação Ambiental para o ano de 2002.

É neste contexto que analiso os projetos ambientais que tem ocorrido nos últimos anos na rede de ensino, em algumas instituições e empresas deste município

METODOLOGIA E DELINEAMENTO DA PESQUISA

O método utilizado foi analítico- descritivo, considerando uma análise qualitativa das ações previstas nos projetos analisados, considerando os aspectos constituintes dos quadros que encontram-se nos anexos.

A análise priorizou os aspectos qualitativos, previstos nos objetivos, metodologia e suas relações com alguns princípios do Desenvolvimento Sustentável. O trabalho foi realizado analisando os projetos desenvolvidos no Município de Montenegro, em Educação Ambiental, nas diversas instituições analisadas, ou seja, Escolas da Rede Municipal, Estadual e Particular, uma indústria, e outras instituições como EMATER, ECOCITRUS, PATRAN, Secretarias Municipais do Meio Ambiente e Turismo .

Muitas das instituições visitadas não apresentavam projetos de Educação Ambiental com registros, por isso não são listadas. Cada projeto foi analisado nos seguintes aspectos: objetivos propostos, metodologia utilizada, relação que possui com a Agenda 21 e os impactos causados na sociedade onde ocorreu o mesmo. Para cada projeto analisado foram feitas sugestões para aprimoramento dos mesmos, com base nos teóricos citados na bibliografia deste trabalho (verificar anexos). Esta monografia busca elaborar uma proposta de Educação Ambiental mais próxima do Desenvolvimento Sustentável e que pode ser aplicada a um novo paradigma de sociedade.

ANÁLISE DOS PROJETOS AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE MONTENEGRO

Foram analisados cinco projetos de instituições educacionais e cinco projetos de empresas e outras entidades, sendo a maioria, instituições privadas, com alguma participação da esfera pública.

As pessoas que trabalham nos projetos analisados apresentam as mais variadas trajetórias profissionais, participando de prática, mesmo não tendo referenciais teórico- conceituais para a realidade. Tentam reverter o quadro de devastação ambiental, executando projetos com recursos mínimos. Na maioria dos projetos percebe-se a falta de profissionais preparados para executar os trabalhos, falta de recursos técnicos e falta de apoio de órgãos públicos.

Os projetos de instituições educacionais trabalham com a formação da consciência ecológica, levando o aluno a ter um maior contato com a natureza e a realizar ações de cuidados e proteção ao meio ambiente. Nesses projetos, praticamente não há a participação de pais e outros professores da escola; não são interdisciplinares, talvez pelas dificuldades que as escolas enfrentam, de distribuição de carga horária dos professores, da falta de informação e formação de professores para atuarem nestas áreas.

A metodologia utilizada, pela maioria dos projetos parte de uma intenção predeterminada: reúnem-se os interessados e determinam-se as tarefas que serão assumidas por cada responsável. A comunidade alvo, porém, tem participação muito reduzida senão nula. Tais projetos demandam disponibilidade de horário e recursos financeiros para executá-los. Isto tem dificultado a execução completa dos projetos e muitas vezes a continuidade dos mesmos.

Já os projetos desenvolvidos em comunidades de agricultores tem maior êxito, pois eles estão mais envolvidos comunitariamente e possuem horários mais flexíveis, o que possibilita a participação de todos os envolvidos e a obtenção das metas propostas.

Os projetos da EMATER são projetos voltados ao meio rural e tem um impacto muito grande, principalmente na região norte do município, onde a colonização é de origem alemã, caracterizando uma comunidade mais engajada e participativa nos projetos propostos do que na zona sul do município onde se encontram propriedades rurais maiores e a colonização é de origem portuguesa: aí as diferenças sociais são muito grandes entre proprietários e empregados rurais e cortadores de mato. Devido a isto os projetos têm mais dificuldades de se implantarem.

Há também uma Cooperativa de Agricultores, que tem parceria com 27 indústrias de indústrias de Montenegro, recolhendo os seus 60.000 m de resíduos e fazendo um adubo orgânico que é distribuído para todos os cooperativados. As indústrias fazem uma parceria com essa cooperativa para destinarem seus resíduos conforme a legislação vigente. Essa cooperativa também desenvolveu uma tecnologia ecológica própria de produção agrícola, mantém um comércio de produtos agroecológicos com toda região sul do Brasil e abastece o mercado regional de produtos agroecológicos. Esse trabalho envolve 150 famílias da região.

O local de trabalho é aberto à visitação, onde é desenvolvido um grande trabalho de Educação Ambiental, colocando disponível um *laboratório de aprendizagem* em relação aos fenômenos naturais, e que não tem sido aproveitado adequadamente pelas escolas. Esta cooperativa também enfrenta grandes dificuldades, mas é um modelo de associação, de luta e de participação para a formação de um ambiente mais saudável.

Observa-se que muitos dos projetos não têm continuidade dentro das instituições, pois eles estão muito vinculados a um líder, que muitas vezes troca de função, mudando o tipo de trabalho que vem sendo desenvolvido.

A PATRAN desenvolve projetos de Educação Ambiental (ver anexo 8), auxiliando as escolas nos seus projetos, acompanhando os alunos em trilhas e saídas e dando palestras nas escolas. Os projetos apresentam-se muito bem monitorados, com todos os registros necessários.

Observa-se que todos os projetos analisados apresentam propostas que têm em vista o Desenvolvimento Sustentável, ou seja, levar as pessoas a formar uma consciência ecológica e desenvolver ações que tornem viável o desenvolvimento econômico sem prejudicar o meio ambiente, o próprio homem e as gerações futuras.

Como se verifica muito há por se fazer no campo da Educação Ambiental, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável, no Município de Montenegro. No próximo capítulo elenco recomendações pensadas a partir de lacunas deixadas pelos projetos examinados.

CONCLUSÃO

Este trabalho permitiu verificar que a Educação Ambiental, no Município de Montenegro, ainda está em uma fase inicial: ocorre em algumas instituições, de forma isolada, sem a participação dos órgãos públicos nesses projetos. O fato dos projetos serem isolados impede a participação de outras instituições, que poderiam vir a contribuir com eles.

Reconhecemos, no entanto, que todos os projetos analisados demonstram o esforço desses vários núcleos, que vêm tentando amenizar os problemas ambientais municipais.

GUATTARI entende que a solução para salvar o Planeta é atender aos três registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e da subjetividade humana.

Dentre os projetos analisados o que mais se aproxima da visão dos teóricos nos quais este trabalho se baseou, incluindo GUATTARI, é o da ECOCITRUS — ASSOCIAÇÃO DOS

CITRICULTORES ECOLÓGICOS DO VALE DO CAÍ. De um modo geral, os associados têm participação ativa nas decisões, buscam coletivamente a solução dos problemas, resolvem efetivamente um problema ambiental significativo para o Município e têm um espaço de Educação Ambiental permanente. Essa cooperativa, através do esforço coletivo, trabalha com um novo modelo de agricultura, pois tem tecnologia própria de produção de insumos e de produção agrícola, mantém intercâmbio cultural com outros grupos de agricultores ecológicos e mantém um comércio baseado na troca de mercadorias. Esta cooperativa consegue trabalhar dentro da idéia da sustentabilidade. Dessa forma, resgatou a credibilidade do agricultor. Ela coloca o Município de Montenegro na pós-modernidade.

Para entrarmos no paradigma da pós-modernidade precisamos primeiro compreendê-lo, aprendermos a lidar com as incertezas, buscar as múltiplas causas das coisas, sentirmo-nos como “um ser pertencente ao universo”, e não, como “um ser à parte”, assumir a nossa condição humana e desenvolver os valores humanos como a solidariedade, o respeito ao outro, a ética e a cidadania.

O que é preciso aprender, portanto, é que a proposta da pós-modernidade envolve um compromisso individual e coletivo ao mesmo tempo, como uma forma de salvar o Planeta de uma catástrofe.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Lícia. SOARES, Geraldo & PINTO, Virgínia, **Oficinas Ecológicas-uma proposta de mudança** . 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996
2. DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental-Princípios e Práticas**. 5. Ed. Editora Gaia.
3. GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000
4. GUEVARA, José dos Hoyos, et al. **Conhecimento e Consciência: o despertar de uma nova era**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 1988. vol II. (Série Temas Transversais)
5. GENTILLI, Pablo. Qual Educação para qual cidadania?-Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. IN: **Utopia e Democracia na Educação Cidadã**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000
6. GUATTARI, Felix. **As Três Ecologias**. 8. Ed. São Paulo: Papirus Editora, 1999
7. GUTIERREZ, Francisco, PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. 2. Ed. São Paulo: Cortêz Editora, 2000, vol III (Guia da Escola Cidadã- Instituto Paulo Freire)
8. MACHADO, Nilson José. **Cidadania e Educação**. 2. Ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2000
9. MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. 2. Ed. São Paulo: Cortês, 2000
10. PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org): **Trajetórias da Educação Ambiental; Educação Ambiental: Críticas e Propostas**. In: **Educação Ambiental-Reflexões e Práticas Contemporâneas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998
11. SANTOS, Theotonio dos. **Economia Mundial-Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável**. 4. Ed. São Paulo: Editora Vozes
12. VEIGA-NETO (org). [et al] A produção discursiva sobre educação ambiental: terrorismo, arcaísmo e transcendentalismo. In: **Crítica Pós-estruturalista e Educação**. Porto Alegre: Editora Sulina,1995
13. VEIGA-NETO(org). Michel Foucault e Educação: há algo de novo sob o sol? In: _____. **Crítica Pós-estruturalista e Educação**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1995